



Bruxelas, 8 de junho de 2018
(OR. en)

**Dossiê interinstitucional:
2018/0236 (COD)**

**9898/18
ADD 4**

ESPACE 29	ENER 227
RECH 278	EMPL 310
COMPET 428	CSC 188
IND 159	CSCGNSS 1
EU-GNSS 15	CSDP/PSDC 311
TRANS 251	CFSP/PESC 543
AVIATION 84	CADREFIN 85
MAR 79	CODEC 1007
TELECOM 172	IA 194
MI 440	

PROPOSTA

de: Secretário-Geral da Comissão Europeia, assinado por Jordi AYET
PUIGARNAU, Diretor

data de receção: 8 de junho de 2018

para: Jeppe TRANHOLM-MIKKELSEN, Secretário-Geral do Conselho da União
Europeia

n.º doc. Com.: SWD(2018) 328 final

Assunto: DOCUMENTO DE TRABALHO DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO
RESUMO DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO GOVSATCOM que acompanha
o documento Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO
EUROPEU E DO CONSELHO que cria o programa espacial da União e a
Agência da União Europeia para o Programa Espacial e que revoga os
Regulamentos (UE) n.º 912/2010, (UE) n.º 1285/2013 e (UE) n.º 377/2014
e a Decisão n.º 541/2014/UE

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento SWD(2018) 328 final.

Anexo: SWD(2018) 328 final

Bruxelas, 6.6.2018
SWD(2018) 328 final

DOCUMENTO DE TRABALHO DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO

RESUMO DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO

GOVSATCOM

que acompanha o documento

Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO

que cria o programa espacial da União e a Agência da União Europeia para o Programa Espacial e que revoga os Regulamentos (UE) n.º 912/2010, (UE) n.º 1285/2013 e (UE) n.º 377/2014 e a Decisão n.º 541/2014/UE

{COM(2018) 447 final} - {SWD(2018) 327 final}

Ficha de síntese

Avaliação de impacto sobre a: Proposta de regulamento relativo à criação de um programa para as comunicações por satélite seguras para utilizadores governamentais (GOVSATCOM UE)

A. Necessidade de agir

Porquê? Qual é o problema em causa? Máximo 11 linhas

O contexto em que os intervenientes no domínio da segurança da Europa exercem as suas atividades, já de si difícil, está cada vez mais hostil e enfrenta constantemente novos riscos e ameaças. Ao mesmo tempo, também os requisitos das autoridades públicas a nível nacional e da UE em matéria de comunicações por satélite seguras estão a evoluir rapidamente. Hoje em dia, há um desfasamento entre estes riscos e requisitos e o carácter limitado das soluções disponíveis, que, com frequência, são instáveis, inadequadas e/ou insuficientemente seguras. O desfasamento irá aumentar e comprometer as missões fundamentais, as infraestruturas e as operações de segurança da União e dos seus Estados-Membros. Esta situação deve-se, sobretudo, à fragmentação da procura e da oferta no setor das comunicações por satélite seguras (SatCom), ao facto de os requisitos essenciais de segurança de muitos utilizadores não terem ainda sido satisfeitos, no todo ou em parte, e a um contexto de mudança constante em termos de ameaças (por exemplo, as ciberameaças) e de desenvolvimentos tecnológicos.

A situação afeta os intervenientes no domínio da segurança a nível nacional e da UE, tais como as forças militares e policiais, a comunidade marítima, os serviços responsáveis pela ação externa, a proteção civil e a ajuda humanitária e os operadores de infraestruturas fundamentais. Afeta igualmente a indústria, incluindo os operadores de satélites, os fabricantes de infraestruturas espaciais e terrestres e os prestadores de serviço.

O que se espera alcançar com a iniciativa? Máximo 8 linhas

A iniciativa assegurará às autoridades nacionais e da UE responsáveis pela gestão de missões e infraestruturas críticas no plano da segurança um acesso fiável a capacidades e serviços SatCom seguros e eficazes em termos de custos. Cobrirá os custos de instituição e funcionamento de uma nova «plataforma GOVSATCOM» - a infraestrutura terrestre necessária para interligar sem descontinuidades os diversos fornecedores e utilizadores de comunicações por satélite seguras - e os custos de exploração das capacidades e dos serviços SatCom fornecidos aos utilizadores autorizados a nível nacional e da UE.

Qual é o valor acrescentado da ação a nível da UE? Máximo 7 linhas

Os riscos que hoje se colocam ou poderão vir a colocar à segurança afetam a UE no seu conjunto e os Estados-Membros. Embora alguns Estados-Membros tenham satélites para comunicações seguras, na sua maioria, os Estados-Membros e as instituições da UE não os possuem. A ação da UE e as economias de escala inerentes contribuirão para melhorar o acesso dos utilizadores, a fiabilidade, a capacidade de resistência, a segurança e a relação custo-eficácia. Obter-se-ão assim mais sinergias entre os setores civil e militar, mais coerência e uma melhor coordenação entre os esforços da UE e dos Estados-Membros, bem como uma maior autonomia da UE. A indústria tirará partido de um enquadramento mais estável e previsível que estimulará a inovação e a I&D e, ao mesmo tempo, reforçará a competitividade da indústria espacial da UE. Os cidadãos beneficiarão de uma segurança reforçada.

B. Soluções

Quais foram as opções legislativas e não legislativas consideradas? Há ou não uma opção preferida? Porquê? Máximo 14 linhas

Para além do cenário de referência, analisámos quatro opções. Todas as opções se baseiam na agregação da procura dos utilizadores a nível nacional e da UE, na acreditação de segurança e na implantação de uma

«plataforma GOVSATCOM» inteligente, que assegurará a interligação dos diversos fornecedores e utilizadores. As opções apresentam diferenças no que respeita ao lado da procura. Uma vez que nem os satélites comerciais nem os satélites nacionais (opções 1 e 2) podem fornecer uma solução completa, consideraram-se duas outras opções. Ambas combinam a oferta de fontes nacionais e de fontes comerciais com acreditação de segurança e têm em conta eventuais lacunas a longo prazo que se poderão vir a verificar numa fase posterior: uma através de uma parceria público-privada entre a UE e a indústria (opção 3) e a outra através de recursos detidos pela UE (opção 4).

A opção 3 oferece a solução mais eficaz e diversificada em termos de acesso, segurança, cobertura geográfica e frequências para todos os utilizadores. Prevê igualmente que se utilizem os equipamentos para os utilizadores já existentes, é flexível e modulável. Não criará distorções no atual mercado comercial das comunicações por satélite e dará à UE a possibilidade de atuar como principal cliente-âncora. A prestação de serviços será mais eficaz em termos de custos graças às economias de escala integradas e, se necessário, ao investimento parcial da UE através de uma PPP, já que esta abordagem promove a inovação através da partilha de riscos tecnológicos. Os custos globais são equivalentes ou inferiores aos que os atuais utilizadores governamentais de comunicações por satélite têm de pagar em mercados fragmentados, pelo há um considerável valor acrescentado para a UE.

Quem apoia cada uma das opções? Máximo 7 linhas

Todas as partes interessadas deram o seu apoio generalizado a todas as opções. embora a opção 3 seja a que reúne mais consenso: é muito mais vantajosa para os Estados-Membros e os intervenientes da UE que não têm acesso a comunicações por satélite seguras; por seu turno, os Estados-Membros com recursos nacionais podem vender capacidades excedentárias e obter acesso a serviços de redundância e de outra natureza. Todas as partes interessadas da indústria são favoráveis a que a UE assuma um papel de «agregador» ou de «cliente-âncora», em especial para agregar a procura, harmonizar os requisitos de segurança e promover a autonomia, a inovação e a I&D da União. Os operadores de satélites e os prestadores de serviços rejeitaram a opção 2 (recursos exclusivos dos Estados-Membros), privilegiando as opções 1, 3 e 4, de natureza mais comercial. A indústria espacial europeia mostrou-se favorável às 4 opções, argumentando que o papel de «cliente-âncora» da UE, aliado a requisitos mais rigorosos em matéria de autonomia e de segurança da UE, contribuirá para aumentar a procura de satélites fabricados na UE. A indústria no seu conjunto também acolheu favoravelmente a inovação resultante, que aumentará a sua competitividade no mercado mundial.

C. Impactos da opção preferida

Quais são os benefícios da opção preferida (se existir; caso contrário, das principais opções)? Máximo 12 linhas

Com base em diversos estudos, consultas de partes interessadas específicas e debates bilaterais com os Estados-Membros e a indústria, a iniciativa irá gerar efeitos positivos significativos em termos de:

- Segurança: garantia de acesso e de qualidade das informações para todos os utilizadores, em especial para os Estados-Membros que não dispõem de recursos nacionais.
- Vantagens da desfragmentação para os utilizadores: acesso garantido às SatCom, a mais frequências e a uma melhor cobertura geográfica. Para a indústria: mercados da UE mais estáveis e previsíveis, novos clientes (âncora).
- Economia: soluções eficazes em termos de custos, graças a economias de escala.
- Autonomia da UE: disponibilidade de capacidades SatCom europeias em maior número e de melhor qualidade, e menor dependência de países terceiros.
- Competitividade: repercussões positivas na competitividade do setor espacial da UE.
- Benefícios sociais diretos e indiretos para os cidadãos europeus, uma vez que a polícia, as forças militares, os guardas de fronteira, os serviços de proteção civil, etc., disporão dos instrumentos necessários para tornarem a sua atividade mais eficiente.
- Uma ação externa da UE mais eficaz à escala mundial, incluindo as operações da PCSD e a ajuda humanitária.

Quais são os custos da opção preferida (se existir; caso contrário, das principais opções)? Máximo 12 linhas

Na fase plenamente operacional, os custos do programa poderão ascender a um montante de 100-150 milhões de EUR por ano proveniente do orçamento da UE, com base nas necessidades dos utilizadores que foram identificadas. A fase de construção representará um custo máximo de 100 milhões de EUR; Se necessário, a partir de 2025 poderá prever-se um orçamento suplementar para colmatar as lacunas na infraestrutura espacial. Para além dos custos do programa, não se preveem quaisquer repercussões económicas, sociais ou ambientais. Não há custos de conformidade.

Como serão afetadas as empresas, as PME e as microempresas? Máximo 8 linhas

A agregação da procura e a criação de normas de segurança no âmbito da GOVSATCOM UE terão efeitos positivos para as empresas. Permitirão, em especial, reduzir os custos das atividades empresariais do setor privado (a UE como um cliente- âncora, em vez de centenas de contratos *ad hoc*). A base de utilizadores será mais ampla, graças a novos utilizadores e aplicações, bem como mais estável e previsível, dando, assim, um novo ímpeto à inovação e à I&D. A abordagem da PPP favorecerá o investimento privado graças à partilha de riscos tecnológicos.

De modo geral, considera-se que haverá repercussões limitadas para as PME (e microempresas). No entanto, atendendo ao papel essencial que estas empresas assumem para a inovação, poderá ser útil estabelecer normas específicas para facilitar a sua participação nos concursos públicos GOVSATCOM UE.

Haverá impactos significativos nos orçamentos e administrações públicas nacionais? Máximo 4 linhas

- No caso dos Estados-Membros com satélites SatCom nacionais, os impactos positivos serão moderados: uma melhor qualidade do serviço para os intervenientes no domínio da segurança, maior capacidade de resistência e a possibilidade de vender capacidades excedentárias.
- Para os Estados-Membros sem capacidades nacionais, o impacto positivo será substancial: uma melhor qualidade do serviço para os intervenientes no domínio da segurança e uma maior capacidade de resistência, graças ao acesso a soluções de comunicações por satélite seguras a nível da UE, que, de outro modo, seriam muito dispendiosas ou mesmo insustentáveis a nível nacional.

Haverá outros impactos significativos? Máximo 6 linhas

Não foram identificados outros impactos significativos no decurso da avaliação de impacto, sobretudo no que se refere aos direitos fundamentais ou a aspetos regionais/internacionais. As partes interessadas da indústria assinalaram os efeitos potencialmente positivos das normas de segurança harmonizadas a nível da UE, que se poderão traduzir num maior número de contratos para as empresas europeias acreditadas; o respeito das normas poderá transformar-se num argumento de venda para serviços semelhantes em todo o mundo.

D. Seguimento

Quando será reexaminada a medida proposta? Máximo 4 linhas

Os resultados e a evolução do programa devem ser objeto de um acompanhamento regular, para poder ter em conta a evolução da procura e da oferta e para reagir a novos riscos e ameaças. Para o efeito, convém incluir no projeto de regulamento disposições adequadas, por exemplo, atos de execução para a carteira de serviços e uma revisão intercalar do programa.